

CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: MAPEAMENTO E DISCUSSÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NOS ANOS DE 2006-2016

Ana Paula Barbieri de Mello¹
Edite Maria Sudbrack²
Luci Mary Duso Pacheco³

RESUMO

Este artigo retrata o Estado do Conhecimento que teve por objetivo mapear e analisar as produções acadêmicas sobre Consciência Fonológica na Educação Infantil, com foco na BNCC, presentes nas investigações relacionadas às políticas públicas educacionais (período 2006 a 2016). Foram analisados resumos de dissertações e teses cadastradas no Banco de Dados do IBICT referentes ao tema abordado, cujo levantamento utilizou descritores isolados e combinados. Identificaram-se ao final 25 produções relevantes, sendo 20 Dissertações de Mestrado e 05 Teses de Doutorado, porém, nenhuma que englobasse diretamente a BNCC para a Educação Infantil e a Consciência Fonológica. Apontamos assim que, esta investigação é singular e inovadora, e, que, esta e outras pesquisas no âmbito das políticas públicas educacionais, BNCC e consciência fonológica são relevantes, pois há exiguidade de pesquisas nesta área.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Consciência Fonológica. Base Nacional Comum Curricular. Educação Infantil.

1 Mestra em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai das Missões - URI - Campus de Frederico Westphalen/RS (2018), especialista em Audiologia pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2002), especialista em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares e Garantia de Direitos pela UNOESC - Campus de Maravilha/SC (2016). E-mail: anabarbieri79@hotmail.com

2 Doutora (2002) e Mestre em Educação (1995) pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (1975). Realizou estágio pós-doutoral pela UFRGS com o projeto: Assistência Financeira da União aos Estados e Municípios na Educação Básica: política e políticas. Está em estágio pós-doutoral na Universidade de Aveiro/Portugal. E-mail: sudbrack@uri.edu.br

3 Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI-1997). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI-1999). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UF5M-2002). Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS-2010). Atualmente é professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, nos Cursos de Pedagogia e Direito. E-mail: luci@fw.uri.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo delimitar o campo do conhecimento que aborda o lugar da Consciência Fonológica nas políticas públicas educacionais, mais especificamente sobre a sua inserção na Base Nacional Comum Curricular. Seu papel baliza o contexto da pesquisa, o qual tem por finalidade mapear o estado do conhecimento na perspectiva de contribuir e dar suporte para o posterior desenvolvimento teórico de um estudo⁴, levantando dados sobre a produção existente a partir dos descritores correlacionados à temática.

O tema de investigação surgiu com nossa inquietude ao verificar o alto índice e o crescimento de dificuldades escolares relacionadas à leitura e escrita, assim como, a quantidade de reprovações e evasões escolares, as quais caracterizam o fracasso escolar. Minayo (2002, p. 18), neste aspecto, enfatiza que “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais”.

Tal preocupação nos reportou a refletir sobre os percalços e os caminhos da educação e das políticas públicas educacionais, as quais propõem medidas definitivas e provisórias sobre os “investimentos” e mudanças nas normas que norteiam este âmbito. A pesquisa de Patto (1999, p. 138) ao discorrer sobre o diagnóstico da situação do ensino, menciona que:

Inúmeras passagens levam à sensação de que o tempo passa, mas alguns problemas básicos do ensino público brasileiro permanecem praticamente intocados, apesar das intenções demagógicamente proclamadas por tantos políticos e dos esforços sinceramente empreendidos por muitos pesquisadores e educadores.

Decorridas quase duas décadas da afirmação da autora, não se pode dizer que esteja fora de contexto. Muitas situações permanecem intactas como é o caso da produção do analfabetismo funcional pelo sistema de ensino.

4 Pesquisa de mestrado em Educação realizada na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI/ Frederico Westphalen, RS, Brasil.

A Educação brasileira parece estar cada vez mais em declínio e distante das “metas” a serem cumpridas. Os direitos garantidos pela legislação não refletem os acontecimentos da prática, revelando as contradições dos documentos, com repercussões evidentes nas políticas públicas e nas intervenções governamentais. Conceituando de forma breve as políticas públicas Dias; Matos (2012) destacam que as ações empreendidas ou não pelos governos, que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, para que todos pudessem atingir uma qualidade de vida superior, compatível com a dignidade humana não parecem atender tal propósito.

Entendemos então, que as políticas públicas têm a ver com as intervenções do Estado, independente da esfera a qual se destinam as ações, podendo ser municipal, estadual e federal. Surgem conforme as demandas e necessidades da sociedade, como forma de cumprir leis ou como interesses de governo. Se direcionadas a áreas específicas, como no desenvolvimento infantil, podem beneficiar a qualidade educacional nas etapas seguintes da escolarização.

Mencionamos ainda Saviani (2011) o qual refere que política educacional são as medidas que o Estado toma em relação à educação no país e que a raiz das dificuldades dessa política está no fato de que as necessidades e os direitos sociais, cujos encaminhamentos configuram a política social, sempre são analisados pela relação custo-benefício. Com essa lógica, o Estado tende a atrofiar a política social, subordinando-a aos ditames da política econômica.

Prossequindo na reflexão sobre as adversidades da educação citamos Zorzi (2015) que aponta que um dos principais problemas está na base do sistema, na grande dificuldade dos educadores em promover alfabetização e letramento eficazes. Acrescenta que essa dificuldade faz com que não seja garantido um domínio funcional da linguagem escrita para uma parcela significativa da população escolar, incluindo estudantes com boa capacidade para aprender. O autor enfatiza que essa realidade é preocupante e desconfortável e que construir escolas e criar vagas para todas as crianças não é o suficiente quando se analisa a qualidade de ensino dentro da maioria das escolas.

Leis e documentos constantemente são criados por pessoas que por vezes, não conhecem e não estão presentes no contexto do

ambiente escolar e por este motivo, inúmeras decisões geram ou agravam os problemas, como por exemplo, as precárias condições físicas dos espaços escolares, a insuficiência de profissionais capacitados, o desinteresse pelo planejamento e ensino, o descaso ou despreparo por solucionar possíveis dificuldades, a má remuneração e tantos outros obstáculos e mazelas vivenciadas pela educação. Com essa postura, o fracasso escolar e a desigualdade social se ampliam e disseminam, tornando a vida de muitos dependente dos detentores dos “conhecimentos”, e assim, cada vez mais distante da autonomia necessária para uma vida digna, de igualdade e equidade escolar e social.

Compreendemos que aprender a ler e escrever faz parte do desenvolvimento do ser humano e é uma capacidade ou competência complexa, que somente pode ser adquirida se for ensinada. Portanto, vale reportar-nos às palavras de Zorzi (2016, p.8) quando declara que “Alfabetizar, aparentemente, pode parecer um processo simples, como se bastasse olhar, gravar e reproduzir. Porém alfabetizar uma criança, ou um adulto, vai muito além de qualquer mecanismo de meras percepções e associações”.

Reiteramos a complexidade que é o processo de alfabetização com a reflexão de Dehaene (2012, p.5), o qual menciona:

Em primeiro lugar, gostaria de lembrar que a leitura é uma das várias atividades que o homem criou nos últimos milhares de anos. E trata-se de uma das mais recentes. A escrita nasceu há cerca de 5.400 anos e o alfabeto propriamente dito não tem mais de 3.800 anos. Se pensarmos na evolução humana, esse tempo é mínimo. Nosso genoma ainda não teve tempo de se alterar para dar conta de desenvolver um cérebro adaptado à leitura. Por isso, afirmo que o ato de ler é uma revolução: mesmo sem termos essa capacidade, o estudo de imagens cerebrais nos mostra que adquirimos mecanismos extremamente requintados exigidos pelas operações da leitura.

Assim, reconhecendo que o processo de ler e escrever é complexo, visualizamos que seu desenvolvimento adequado e efetivo e as possibilidades que dele refletem são capazes de levar o sujeito à emancipação, a autonomia e ao desenvolvimento do raciocínio. A

linguagem escrita promove independência e pode ser fonte inigualável e inesgotável de conhecimento, possibilita a compreensão, reflexão e formulação de ideias e proporciona conhecimentos para que se possa expressar a opinião de forma crítica e autônoma, exercendo assim a cidadania.

Para que o desenvolvimento da linguagem escrita transcorra de forma favorável, diversas habilidades devem ser estimuladas desde a Educação Infantil e entre essas habilidades está a consciência fonológica, apontada por diversos autores como de extrema relevância na preparação da criança para a sua inserção posterior no Ensino Fundamental, evitando impactos negativos e dificuldades na aquisição da leitura e escrita. Nesta perspectiva:

As habilidades de consciência fonológica importantes para uma criança se alfabetizar não aparecem com a maturação biológica, como parte do desenvolvimento corporal. Elas dependem de oportunidades para refletir sobre as palavras em sua dimensão sonora e, portanto, a escola tem um papel essencial em fomentar seu desenvolvimento no final da Educação Infantil e no começo do Ensino Fundamental (LEITE; MORAIS, 2012, p.23).

Conceituando consciência fonológica Mello (2013) explana que esta permite ao aprendiz operar com os fonemas, sílabas, palavras, rimas e aliterações nas atividades de contar, unir, adicionar, suprimir, substituir, transpor, acrescentar e comparar no processo de aquisição e produção da escrita e da leitura, auxiliando, assim, na compreensão das diferentes representações dos fonemas e grafemas. Acrescenta ainda que, a consciência fonológica não é uma habilidade a ser treinada e sim, uma capacidade cognitiva que deve ser desenvolvida, por mediação do docente.

Atividades de consciência fonológica são utilizadas para *auxiliar* na reabilitação e na alfabetização de crianças que apresentam atrasos, assim como, para *facilitar* a alfabetização de crianças sem problemas. Conforme Amorim (2014, p.36) “[...], a consciência fonológica nada mais é do que uma competência metalinguística de reflexão, análise e manipulação intencional sobre a fala e seus diversos segmentos, a saber: palavra, sílaba e fonema.”

Grande parte das dificuldades de leitura e escrita não são ocasionadas por patologias intrínsecas à criança, e sim, por fatores extrínsecos, como a falta de estimulação das competências e habilidades ou falhas no processo de ensino da leitura e escrita. Sobre as lacunas existentes nos processos de ensino citamos Zorzi (2016, p.8) que afirma:

[...], condições mais favoráveis de ensino, com objetivos e estratégias bem definidos, o que requer formação e preparo adequado dos educadores, em muito poderia diminuir o drama de milhões de aprendizes que continuam sem aprender enquanto nos debatemos com questões de métodos, esquecendo-nos das competências que temos que promover para que todos tenham garantido seus direitos de aprender a ler e escrever.

Diante desse contexto é que procuramos construir o Estado do Conhecimento, baseado no problema de pesquisa, que visatrazer para a discussão, compreensão, reflexão e interpretação o lugar da Consciência Fonológica nas políticas públicas educacionais, com o intuito de analisar de que forma a Consciência Fonológica se insere na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento posterior da leitura e escrita. Vale dizer que:

Produzir conhecimento é, sem dúvida, contribuir para um melhor entendimento da dinâmica social, de coisas que são pertinentes a nós enquanto sujeitos sócio-histórico-culturais. É fornecer, em muitos casos, subsídios para a compreensão de um dado fenômeno, evento ou questão que, de alguma maneira nos inquieta, e por isso, nos leva, através da investigação, a procurar respostas para um determinado problema (AMORIM, 2014, p.30).

Assim, para o Estado do Conhecimento foram selecionados cinco descritores e cada um deles foi inserido inicialmente em uma busca simples e depois em uma busca avançada no acervo científico do IBICT.

2 MAPEAMENTO E DISCUSSÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA: PRINCÍPIOS DA INVESTIGAÇÃO

A edificação do Estado do Conhecimento nos leva a corroborar as publicações científicas frente à área de interesse, contribuindo, portanto, para a análise da pertinência ou não do tema proposto a ser investigado. Conforme assinala Amorim (2014), as pesquisas do tipo Estado da Arte ou Estado do Conhecimento são de extrema relevância, pois se caracterizam por uma técnica eficaz de pesquisa, que possibilita uma análise panorâmica de uma determinada temática em um recorte temporal delimitado.

Ao discorrer sobre “estado da arte” e “estado do conhecimento” Ferreira (2002, p.258) descreve que estas:

[...] parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. [...].

Assim, com a efetivação do Estado do Conhecimento do presente projeto ficou notória a urgência de pesquisas que contemplem o foco aqui apresentado. Verificamos quantitativamente as pesquisas efetivadas no Brasil a respeito da Consciência Fonológica e sua inserção na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, com levantamento bibliográfico de Dissertações de Mestrado (DM) e Teses de Doutorado (TD) de estudos publicados no banco de dados do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (<http://www.ibict.br/>). Ao discorrer sobre DM e TD, Gil (2002, p.66) descreve que:

Fontes desta natureza podem ser muito importantes para a pesquisa, pois muitas delas são constituídas por relatórios de investigações científicas originais ou acuradas revisões bibliográficas. Seu valor depende, no

entanto, da qualidade dos cursos das instituições onde são produzidas e da competência do orientador. Requer-se, portanto, muito cuidado na seleção dessas fontes.

O IBICT concebeu e mantém o acervo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para a coleta de dados desta pesquisa de Estado de Conhecimento recorreremos a BDTD pelo fato de dispor no seu portal de busca as teses e dissertações defendidas em todo o país e por brasileiros no exterior. Porém, fica registrado que outros sites de busca podem conter estudos científicos publicados acerca do assunto. Ou seja:

A pesquisa científica, em grande parte produzida no interior das instituições de ensino superior, tem contribuído significativamente para a compreensão de temas relativos à saúde, educação, política, meio ambiente, tecnologia, economia, subsidiando, por vezes, a atuação governamental em determinadas áreas de maneira pontual e específica. (AMORIM, 2014, p.30).

Os filtros selecionados foram: grau (Dissertação ou Tese), idioma (português) e ano de publicação (2006 a 2016). A pesquisa com a coleta dos trabalhos foi realizada entre os dias 23 de março e 18 de abril de 2017, havendo a possibilidade de aumento do número de TD e DM após esta data. A escolha desse recorte temporal deve-se ao fato de oferecer um mapeamento e uma análise da produção científica do período, considerando que a primeira versão da BNCC é de 2015; os demais temas pesquisados necessitam um período maior de investigação.

As palavras-chave foram digitadas isoladamente (cinco descritores) e entre aspas para delimitar a pesquisa. Posteriormente foram efetuadas combinações de descritores (seis combinações), do mesmo modo, digitadas entre aspas para estreitar o tema com a intencionalidade do projeto de pesquisa.

Para algumas combinações de descritores não foram encontradas pesquisas publicadas. Dentre as publicações obtidas, independente da palavra-chave, sempre houve maior número de DM do que de TD. Tal contingente, sabemos, deve-se ao fato de haver maior número de programas de Mestrado no Brasil do que de Doutorado.

2.1 Resultados com Descritores Isolados

A quantidade de dados encontrados por tema descritor isolado (DM e TD) totalizou 4100 trabalhos. Os descritores utilizados isoladamente foram cinco: Educação Infantil, Alfabetização, Políticas Públicas Educacionais, Consciência Fonológica e Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ao fazer a divisão dos achados para a análise quantitativa por DM e TD observaram-se os seguintes números totais: 3.180 (78%) DM publicadas e 920 (22%) TD publicadas.

Na Tabela 01 podemos verificar a quantidade de DM e de TD por descritor isolado e a porcentagem que cada um obteve:

Tabela 1- Descritores isolados

Descritor Isolado	Dissertações	Teses	Total
Educação Infantil	1635 (51,42%),	451 (49,02%)	2086 (50,88%)
Alfabetização	1194 (37,55%)	378 (41,09%)	1572 (38,34%)
Políticas Públicas Educacionais	230 (7,23%)	79 (8,58%)	309 (7,54%)
Consciência Fonológica	119 (3,74%)	11 (1,20%)	130 (3,17%)
BNCC	02 (0,06%)	01 (0,11%)	03 (0,07%)
Total	3180 (100%)	920 (100%)	4100 (100%)

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de pesquisa dos descritores no IBICT, 2017.

O descritor isolado que mais apresentou trabalhos, entre DM e TD, no banco de dados da BDTD foi Educação Infantil, com um total de 2086 (50,88%) publicações dos resultados obtidos. Em seguida Alfabetização apareceu com 1572 (38,34%) publicações. Bem abaixo dessa porcentagem, na terceira colocação o tema Políticas Públicas Educacionais com um total de 309 (7,54%), seguido da Consciência Fonológica com 130 (3,17%) e por último, com um índice reduzido e insignificante, com apenas três produções (0,07%), esteve a BNCC. Na Figura 01 podemos ver a porcentagem total de DM e de TD por descritor isolado.



Figura 1: Visão geral com porcentagem dos 05 descritores isolados.

Fonte: Elaborada pelas autoras, a partir de pesquisa dos descritores no IBICT, 2017.

Ao analisar as publicações isoladamente verificamos a grande quantidade de trabalhos direcionados ao tema de Educação Infantil, mas em contrapartida, a ausência de trabalhos relacionados com a BNCC, o que pode ser reflexo desta última apresentar histórico recente.

Encontramos no *site* do Ministério da Educação (MEC) alguns dados sobre a linha do tempo, os quais colaboram para entendermos que a formulação de uma BNCC teve suas raízes em outros documentos.

É na Constituição Federal (CF) de 1988 que a criação de uma Base Nacional Comum é prevista pela primeira vez, com a fixação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, no artigo 210. Após, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 reforça essa necessidade de uma Base Nacional Comum. De 1997 a 2000 com as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCNs), os PNCs colocam em destaque aspectos fundamentais de cada disciplina para o Ensino Fundamental e Médio e em 2010 a 2012 as orientações passaram a valer também para a Educação Infantil. No ano de 2014 o PNE instituiu 20 metas para melhorar a qualidade da Educação Básica, sendo que quatro delas tratam da BNCC. Em 2017 o MEC entregou a versão final da BNCC ao Conselho Nacional de Educação (CNE). (BRASIL, 2018).

Após a apuração desses dados e tendo por critério a relevância dos temas com o presente projeto de pesquisa do Programa *Stricto Sensu* – Mestrado em Educação, foram realizadas seis combinações das categorias eleitas, com o intuito de eliminar trabalhos não condizentes.

2.2 Resultados com Descritores Combinados

A pesquisa com as seis combinações de descritores obteve, inicialmente, entre DM e TD, 75 trabalhos. Os descritores combinados foram: BNCC/Consciência Fonológica, BNCC/Educação Infantil, BNCC/Alfabetização, Consciência Fonológica/Políticas Públicas Educacionais, Consciência Fonológica/Alfabetização e Consciência Fonológica/Educação Infantil.

Com o intuito de delimitar e selecionar somente as publicações que correspondessem ao tema proposto realizamos a leitura dos resumos. Desse modo, foram eleitas 25 produções para contribuir com o projeto.

Dentre os 25 trabalhos selecionados constatamos que as combinações BNCC/Consciência Fonológica, BNCC/Educação Infantil, BNCC/Alfabetização e Consciência Fonológica/Políticas Públicas Educacionais não apresentaram trabalhos publicados ou trabalhos com conteúdo relevante para esta pesquisa.

De acordo com BRASIL (2017), a Base Nacional Comum Curricular é um conjunto de orientações que deverão nortear os currículos das escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em todo o Brasil. Tudo o que se considera indispensável será estabelecido pela BNCC, como os direitos e objetivos de aprendizagem que todo estudante deverá saber após completar a Educação Básica. Para isso estabelecerá os conteúdos essenciais que deverão ser ensinados em todas as escolas, assim como as competências e as habilidades que deverão ser adquiridas pelos alunos. Para o sistema, a base terá um papel decisivo na formação integral do cidadão e na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Esta não é uma opinião consensual. Sabemos que várias entidades de classe manifestam-se acerca de sua incompletude e/ou equívoco. Mas este não é o propósito do estudo neste momento. Foram selecionadas publicações consideráveis com duas combinações: Consciência Fonológica/Alfabetização, com 16 (64%) publicações, correspondendo a 13 DM e três TD e Consciência Fonológica/Educação Infantil com nove (36%) publicações, correspondendo a sete DM e duas TD.

Na Tabela, 02 a seguir, é possível visualizar os resultados obtidos com os descritores combinados.

Tabela 2: Descritores combinados, porcentagem de trabalhos por DM e por TD.

Descritores Combinados	Dissertações	Teses	Total
BNCC/Consciência Fonológica	-	-	-
BNCC/Educação Infantil	-	-	-
BNCC/Alfabetização	-	-	-
Consciência Fonológica/ Políticas Públicas Educacionais	-	-	-
Consciência Fonológica/Alfabetização	13(65%)	03(60%)	16 (64%)
Consciência Fonológica/Educação Infantil	07 (35%)	02 (40%)	09 (36%)
Total	20 (100%)	05 (100%)	25 (100%)

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de pesquisa dos descritores no IBICT, 2017.

A análise desses dados apresentados na Tabela 02 nos leva a refletir que as pesquisas com os descritores Consciência Fonológica/Educação Infantil e Consciência Fonológica/Alfabetização aparecem em algumas publicações, porém verificamos a escassez de pesquisas com estes temas quando direcionados e em consonância com as políticas públicas educacionais, mais especificamente com a BNCC. Isso também é confirmado por Willians (2008) quando menciona que a carência de medidas tomadas pelas políticas públicas para a Educação Infantil e Educação Fundamental vêm nortando experiências negativas para o enfrentamento de problemas, como os baixos índices de desempenho escolar.

A figura 2, na próxima página, representa graficamente a porcentagem total (DM e TD) dos seis descritores combinados, facilitando a visualização dos dados.

Na análise geral de DM e de TD observou-se que dos 25 trabalhos identificados como relevantes para leitura completa, 20 (80%) publicações foram DM e cinco (20%) foram TD, confirmando a porcentagem de maior número de publicações de DM, que também ocorreu com os temas isolados.

2.2.1 Descritores Combinados por Ano de Publicação

A Consciência Fonológica é considerada por muitos autores uma habilidade fundamental para favorecer e facilitar o aprendizado da

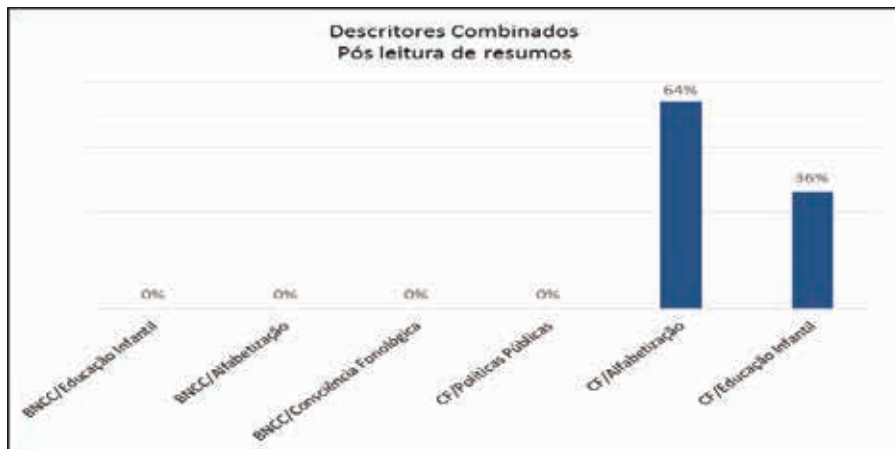


Figura 2: Visão geral com porcentagem dos 06 descritores combinados pós-leitura dos resumos. Fonte: Elaborada pelas autoras, a partir de pesquisa dos descritores no IBICT, 2017.

leitura e escrita, pois faz com que a criança reflita sobre a estrutura sonora da fala, promovendo a relação fonema-grafema. Isso é ratificado por Blanco-Dutra et al (2012) quando descrevem que muitas pesquisas indicam que a consciência fonológica tem um papel fundamental na aquisição da escrita e que o seu desenvolvimento faz com que a escrita tenha sentido.

A produção que ocorreu nos anos de 2006 a 2016 relacionada com o descritor combinado Consciência Fonológica/Alfabetização pode ser observada na Figura 03. As 16 publicações selecionadas dividiram-se em 13 (81,25%) DM e três (18,75%) TD.



Figura 3: Classificação de DM e de TD no período de 2006-2016 (Consciência Fonológica/Alfabetização).

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de pesquisa dos descritores no IBICT, 2017.

Conforme vários estudos, o desenvolvimento da consciência fonológica é imprescindível para o processo de alfabetização, pois, em sistemas de escrita alfabética, facilita a aprendizagem da leitura e escrita, conforme elucida a autora:

[...] a relação entre a consciência fonológica e a aquisição da escrita é produtiva para o processo de alfabetização porque, ao desenvolver as habilidades de consciência fonológica, o aluno aprende a refletir e manipular as unidades constituintes da fala e essa capacidade contribui significativamente no processo de aquisição da escrita, pois permite a criança o uso consciente da língua. (CAXIAS, 2015, p.114).

Consonante ao demonstrado no gráfico, o ano de maior produção com essa combinação foi o ano de 2015 com quatro publicações de DM e uma publicação de TD.

Os anos de 2011, 2012 e 2016 não registraram publicações com essas categorias associadas.

Analisando os achados dos anos de 2006 a 2016 com o descritor combinado Consciência Fonológica/Educação Infantil verificamos que as nove publicações dividiram-se em sete (77,8%) DM e duas (22,2%) TD.

Ao falar sobre as instituições infantis, AMORIM (2014) ensina que nestes espaços a criança terá a oportunidade de entrar em contato com livros de literatura infantil, jogos educativos, rodas de leitura, contação de história, poderá explorar o uso da escrita e leitura e desenvolver o prazer pela leitura por meio de atividades, o que torna este ambiente altamente alfabetizador, podendo ser o único em que muitas crianças irão vivenciar estas experiências leitoras.

O maior número de publicações ocorreu no ano de 2016, com duas TD e uma DM. Nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 não há registro de publicações com esse descritor combinado. Verificamos um significativo crescimento de publicações relacionadas a essa temática nos últimos quatro anos, podendo ser observado na Figura 04. Tal expansão pode ser creditada à obrigatoriedade da Educação Básica oferecer de forma gratuita vagas para as crianças da Educação Infantil a partir dos quatro anos de idade. Conforme Brasil (2018), essa nova norma foi estabelecida pela Lei nº 12.796/2013, que passa a ajustar a Lei nº 9.394/996 (Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional) à Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.

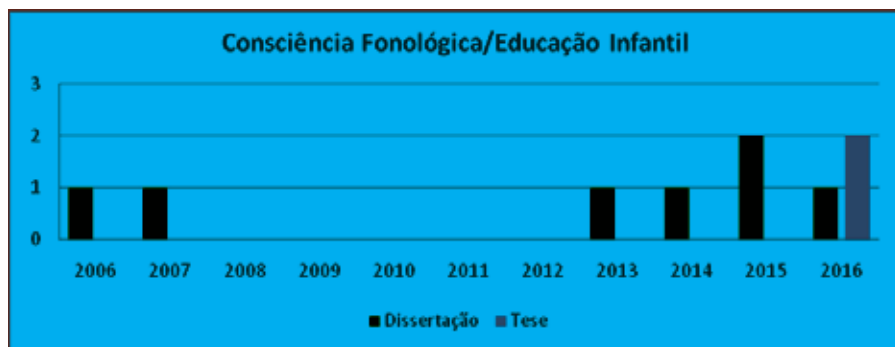


Figura 4: Classificação de DM e de TD no período de 2006-2016 (Consciência Fonológica/Educação Infantil).

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de pesquisa dos descritores no IBICT, 2017.

Ao fazer a comparação da Figura 03 com a Figura 04 verificamos que a temática de Consciência Fonológica/Educação Infantil obteve uma adesão dos pesquisadores, pois houve três produções (uma DM e duas TD) no ano de 2016 e o descritor Consciência Fonológica/Alfabetização não teve nenhuma pesquisa registrada no Banco de Dados do IBICT para este ano. Tal peculiaridade pressupõe que o interesse de pesquisa nessa temática tem se ampliado, ainda que em pequena escala.

Na faixa etária de zero a seis anos a criança se encontra em plena ampliação de áreas que contribuirão para aquisições tardias mais complexas. Na pré-escola as crianças aperfeiçoam a linguagem oral e desenvolvem importantes noções de escrita, o que as preparam para a alfabetização e para as etapas posteriores (MARANHÃO; CUNHA PINTO; PEDRUZZI, 2009).

É na Educação Infantil que as atividades propostas são absorvidas pelas crianças de forma lúdica e natural. Quando apontam as experiências da criança neste ambiente Leal; Silva (2011) relatam que o desenvolvimento dos jogos e atividades de consciência fonológica não visa à alfabetização precoce na Educação Infantil, mas oportunizar as crianças que aprendam sobre as palavras enquanto brincam com elas, sem pressão.

A publicação de duas TD com a combinação Consciência Fonológica/Educação Infantil no ano de 2016 denota a importância deste crescimento e nos anima, pois este tema é indispensável para o desenvolvimento infantil.

2.2.2 Descritores Combinados por Instituições de Ensino

A produção de trabalhos (DM e TD) que ocorreu nas instituições de ensino superior (IES) nos últimos 11 anos (2006 a 2016) demonstrou que as que mais produziram DM com o descritor Consciência Fonológica/Alfabetização foram a UFMG e a USP com duas publicações cada e a instituição que mais produziu TD foi a PUC/RS com duas teses. O volume de produções dessas duas IES atesta a senioridade de seus Programas de Pós-Graduação.

Esses achados podem ser visualizados na figura 5:

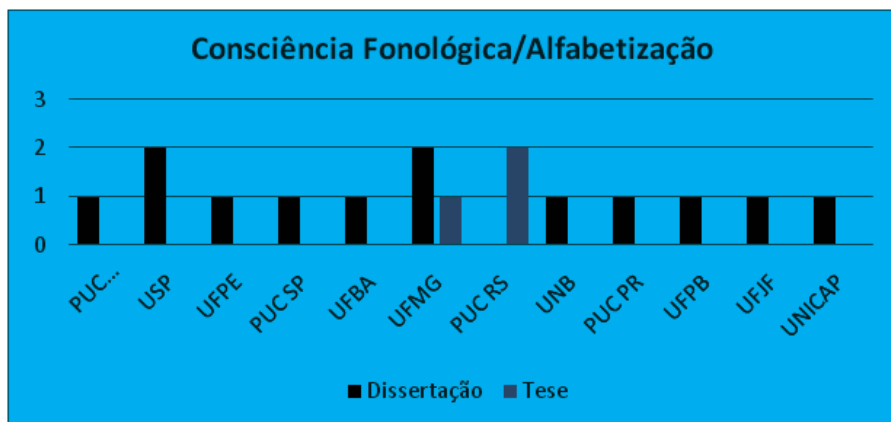


Figura 5: Classificação de DM e de TD nas IES com o descritor combinado Consciência Fonológica/Alfabetização.

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de pesquisa dos descritores no IBICT, 2017.

Blanco-Dutra et al (2012) conceituam consciência fonológica como a capacidade de reflexão (saber que se pode dividir uma palavra em unidades menores) e manipulação da língua (capacidade de executar tarefas em que sons são apagados, acrescentados ou substituídos). Citam ainda que, o professor pode realizar atividades que levem em conta essas duas capacidades.

O descritor Consciência Fonológica/Educação Infantil demonstrou que a instituição que mais produziu DM foi a USP com

duas publicações e as instituições com produções de TD foram a USP e a Mackenzie com uma produção cada. (Figura 06).

Citamos Oliveira (2015) que enfatiza que ao desenvolver a consciência fonológica desde a Educação Infantil, estaremos sensibilizando as crianças a utilizarem habilidades que poderão facilitar seu aprendizado, auxiliando-as nos processos cognitivos mais difíceis, como na aquisição da escrita.

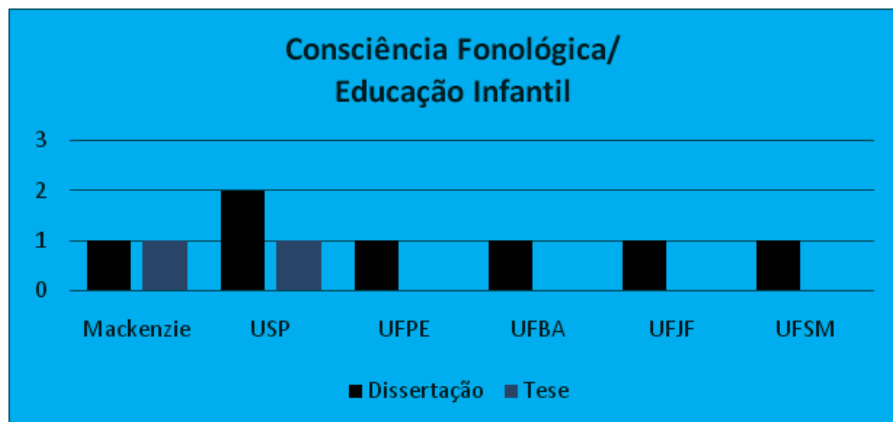


Figura 6: Classificação de DM e de TD nas IES com o descritor combinado Consciência Fonológica/Educação Infantil.

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de pesquisa dos descritores no IBICT, 2017.

Verificamos que com a combinação Consciência Fonológica/Educação Infantil apenas seis instituições de Ensino Superior realizaram trabalhos (DM ou TD), enquanto que com a combinação Consciência Fonológica/Alfabetização onze IES realizaram trabalhos.

A aquisição da linguagem escrita não ocorre de forma natural, necessita de um ensino formal para ser aprendida. Saviani (2005) menciona que a nossa tendência em crer que os atos de ler e escrever são naturais se deve ao fato de já estarmos alfabetizados, pois esquecemos, inclusive, do período que éramos analfabetos. A leitura e escrita são praticadas com naturalidade como se fossem habilidades espontâneas. Porém, o autor destaca que essas habilidades são adquiridas de modo intencional e não de modo espontâneo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desses dados evidencia vasto número de publicações com alguns descritores quando são digitados de forma isolada. Essa alta produção é relacionada principalmente aos temas Alfabetização e Educação Infantil. No entanto, quando os descritores são combinados, direcionando e delimitando-os mais para o tema proposto, pouco material é encontrado na Base de Dados do IBICT. Todas as combinações da *BNCC com os descritores Consciência Fonológica, Alfabetização e Educação Infantil* não apresentaram trabalhos pertinentes, assim como a combinação *Consciência Fonológica/Políticas Públicas Educacionais*.

O Estado do Conhecimento realizado viabilizou a reflexão de que não há produções sobre este objeto de pesquisa, que é relação estabelecida entre a *BNCC para a Educação Infantil e a Consciência Fonológica*, pois no levantamento de dados não foram encontradas Teses ou Dissertações que englobassem diretamente estes temas combinados. Com efeito:

A necessidade de se conhecer o campo do saber que se pretende investigar, a partir da identificação, do mapeamento e da leitura de trabalhos realizados sobre este determinado campo é fundamental para o progresso da pesquisa em Educação, uma vez que possibilita a acumulação de novos saberes, novas descobertas e não a reprodução do que já existe, do que já foi feito. (AMORIM, 2014, p.46).

A análise quantitativa denota a exiguidade de pesquisas na área de políticas públicas para a Educação Infantil que envolvam *Consciência Fonológica*, foco deste trabalho, demonstrando a necessidade do tema proposto ser pesquisado, o qual é de suma importância e que integra o dia a dia das crianças e o seu desenvolvimento, devendo ser englobado também nas políticas públicas educacionais.

Assim, verificamos que o presente trabalho poderá ser singular e inovador. Outro fato que torna relevante a investigação é que o MEC recentemente apresentou a nova versão da *BNCC*, sendo oportuna a análise do seu conteúdo.

Se formos capazes de proporcionar uma educação que não priorize somente o acesso, e que sim, proporcione uma melhor qualidade de ensino para todos desde a Educação Infantil, a desigualdade social e econômica, assim como a exclusão social e o fracasso escolar poderão ser amenizados.

Mas para isso, muito ainda temos que trilhar na discussão e construção de pesquisas educacionais, para que estas possam influenciar e contribuir na elaboração de políticas públicas educacionais, que são as grandes responsáveis por contribuir para a redução das desigualdades escolares.

Sampaio e Oliveira (2015, p. 521) ensinam, a propósito: "Quando olhamos para a história de nosso país, vemos que o acesso à educação foi marcado por fortes desigualdades: ora pelo não acesso ao sistema escolar, ora pela exclusão dentro do próprio sistema ou, ainda, pelo acesso a padrões diferentes de qualidade educacional".

Superar essa tríade, perversa, principia pela educação da infância.

PHONOLOGICAL CONSCIOUSNESS AND COMMON CURRICULAR NATIONAL BASIS: MAPPING AND DISCUSSION OF ACADEMIC PRODUCTION IN THE YEARS OF 2006-2016

ABSTRACT

This article presents the State of Knowledge, whose objective was to map and analyze how academic productions about Phonological Awareness in Early Childhood Education, focusing on the BNCC, present in the investigations related to educational public policies (period from 2006 to 2016). We analyzed summaries of theses and dissertations registered in the IBICT Database referring to the topic addressed, whose survey uses the isolated and combined documents. Twenty-five relevant productions were identified at the end, being 20 Master Dissertations and 5 PhD Theses, however, which is a directly encompassing a BNCC for Infant Education and a Phonological Consciousness. We point out that this research is unique and innovative, and that this and other research is not known for the public educational policies, BNCC and

the consciousness and fundamental knowledge, because there is a lack of research in this area.

Keywords: Public Educational Policies. Phonological Awareness. National Common Curricular Base. Child Education.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, K.S. *Estado da arte sobre consciência fonológica na educação infantil no Brasil no período de 2001-2011*. 2014. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- BDTD. *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações*. 2017. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/vufind/Search/Advanced>>.
- BLANCO-DUTRA, A.P. et al. Consciência fonológica e aquisição de língua materna. In: LAMPRECHT, R. R. et al. (Orgs.). *Consciência dos sons da língua: subsídios teóricos e práticos para alfabetizadores, fonoaudiólogos e professores de língua inglesa*. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2012. p.75-91.
- BRASIL, 2017. *Ministério da Educação*. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>.
- BRASIL, 2018. *Ministério da Educação*. Base Nacional Comum Curricular. Linha do Tempo. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/linha-do-tempo>>.
- BRASIL, 2018. *Ministério da Educação*. Educação Básica. Crianças terão de ir à escola a partir do 4 anos de idade. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/18563-criancas-terao-de-ir-a-escola-a-partir-do-4-anos-de-idade>>.
- CAXIAS, A. da S. *A relação entre a consciência fonológica e a aquisição da escrita: resignificando o processo de alfabetização*. 2015. 157f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS) - Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape, 2015.
- DEHAENE, S. Ler: um ato de cerebral. Entrevista. *Revista Quanta: ciências da natureza e suas tecnologias*, São Paulo: Segmento, ano 2, n. 7, p.5-7. Out./Nov. 2012. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000783721dac244ae9e7b>>.
- DIAS, R.; MATOS, F. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2012.
- FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado Da Arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas: Unicamp, ano XXIII, n. 79, p.257-272. Agosto/2002.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBICT. *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia*. 2017. Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>.

LEAL, T. F.; SILVA, A. da. Brincando, as crianças aprendem a falar e a pensar sobre a língua. In: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. de S. (Orgs.). *Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 53-72.

LEITE, T. M. S. B. R.; MORAIS, A. G. de. O Ensino do Sistema de Escrita alfabética: por que vale a pena promover algumas habilidades de consciência fonológica? In: BRASIL. *A aprendizagem do sistema de escrita alfabética*. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Unidade 3|Ano 1. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

MARANHÃO, P. C. S.; CUNHA PINTO, S. M, P da; PEDRUZZI, C.M. Fonoaudiologia e educação infantil: uma parceria necessária. *Revista CEFAC*, São Paulo: Epub, vol.11, n.1, p.59-66. Jan./Mar. 2009.

MELLO, R. O. *Alfabetização e produção textual: implicações da consciência fonológica*. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2013.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.p. 9-29.

OLIVEIRA, M. E. M. de. *Consciência fonológica na educação infantil: uma prática voltada a acadêmicos de pedagogia*. 2015. 37f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Centro Universitário UNIVATES, Lajeado: junho, 2015.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SAMPAIO, G. T. C; OLIVEIRA, R. P. de. *Dimensões da desigualdade educacional no Brasil*. RBPAE, Goiânia, v. 31, n. 3, p.511-530. Set./Dez. 2015.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. *Da nova LDB ao FUNDEB: por uma política educacional*. 4. ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

WILLIAMS, E. M. O. *Escrita: desafios para a política na Educação Infantil*. 2008. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

ZORZI, J. L. Educação: questões para reflexão do fonoaudiólogo educacional frente aos desafios para ensinar a ler e escrever. In: QUEIROGA, B. M. de; ZORZI, J. L; GARCIA, V. L.(Orgs.). *Fonoaudiologia Educacional: reflexões e relatos de experiências*. Brasília: Editora Kiron, 2015. p.10-43.

_____. *As letras falam: metodologia para alfabetização*. São Paulo: Phonics Editora, 2016.

Recebido em Agosto 2018

Publicado em Julho 2019